

O FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E ARGENTINA: UMA ANÁLISE COMPARADA

Luana Naves Ferreira Silva¹

Leandro Vieira Lima Araújo²

Lívia Carolina Machado Melo³

RESUMO

Este trabalho visa realizar uma análise comparada do fenômeno da desindustrialização na Argentina e no Brasil, dadas as similaridades entre eles. Diante disso, utilizou-se, primeiramente, de um levantamento histórico sobre os processos de industrialização argentino e brasileiro para, na sequência, verificar a conjuntura econômica e industrial dos anos mais recentes no intuito de levantar as possíveis causas da desindustrialização. Além do resgate histórico, foi feita a apreciação, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, de dois indicadores usuais quando se trata deste tema, quais sejam: participação da indústria de transformação no PIB e participação da indústria de transformação no emprego total. Os dados mostram que existem evidências de desindustrialização na economia brasileira e na economia argentina. Diante disso, destaca-se a importância de uma postura mais ativa do Estado, brasileiro e argentino, no sentido de incentivar mais ativamente o setor industrial, seja de forma direta ou indireta, através de uma política macroeconômica mais coerente e estável.

Palavras-chave: desindustrialização, PIB, indicadores, setor industrial.

¹Mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: luana_nfs@hotmail.com.

²Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU). E-mail: leavla@hotmail.com

³Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU). E-mail

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é realizar uma análise comparada do fenômeno da desindustrialização no Brasil e na Argentina, averiguando as transformações econômicas e industriais pelas quais esses países passaram nos últimos anos e que contribuíram com que tais nações iniciassem um processo desindustrializante. O problema fundamental embasou-se em analisar em que medida o fenômeno da desindustrialização pode ser verificado em países da América Latina, como Brasil e Argentina, através de mudanças ocorridas na dinâmica econômica expressas na diminuição do PIB industrial e na redução do número de empregos gerados neste setor.

Parte-se da hipótese básica de que as turbulências pelas quais os setores industriais argentino e brasileiro vêm passando devem-se à trajetória de políticas públicas industriais tomadas em períodos anteriores, bem como por causa da instabilidade macroeconômica. O setor industrial é relevante para qualquer nação, principalmente quando se leva em consideração os fatores geração de riqueza e de empregos. Dessa forma, quando a dinâmica desse setor por algum motivo altera-se, as consequências podem ser graves e prejudiciais ao desenvolvimento do país, o que torna a discussão sobre o fenômeno da desindustrialização importante e atual no contexto de diversos países, como no caso do Brasil e da Argentina.

O trabalho está estruturado em três seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção refere-se à caracterização do processo de desindustrialização com a apresentação das definições de conceitos relevantes que serão utilizados no decorrer deste trabalho. Na segunda seção, o foco é a distinção do processo de desindustrialização em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Nessa seção levanta-se as particularidades do fenômeno para cada um desses contextos, especialmente para os países em desenvolvimento, com destaque para Argentina e Brasil, em relação aos quais faz-se um levantamento histórico dos processos de industrialização para, em seguida, analisar a conjuntura atual desses países. A seção três tem como objetivo analisar, através dos indicadores, as evidências de desindustrialização na Argentina e no Brasil, bem como realizar uma comparação entre os dois.

1 O FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

1.1. O conceito de desindustrialização

A definição clássica de desindustrialização foi dada como a redução permanente da participação da indústria no emprego total de uma economia, segundo Rowthorn e Wells

(1987, *apud* TORRES; SILVA, 2012). Ressalta-se o fato da desindustrialização ser uma medida relativa, o que implica que ao longo do tempo pode ter ocorrido aumento do emprego absoluto na indústria sem que, necessariamente, a participação percentual do emprego industrial na economia tenha se elevado.

Uma concepção mais moderna ampla sobre o conceito de desindustrialização foi elaborada por Tregenna (2009). A autora considera que o fenômeno ocorre quando há redução da participação da indústria tanto no emprego quanto no produto interno. Cabe ressaltar que nesse caso também se observa as medidas de forma relativa, isto é, comparativamente com outros setores da economia. A diminuição na participação da indústria no valor adicionado total da economia não está diretamente relacionada a uma redução da produção industrial (produção física). Pode ocorrer que tal produção tenha se elevado, porém os preços relativos dos produtos industriais se alteraram em relação aos preços dos produtos de outros setores, com isso o valor adicionado pela indústria tornou-se menor (TORRES; SILVA, 2012, p.3).

Nassif (2008) coloca em discussão se o Brasil estaria passando por um processo de desindustrialização ou se o contexto atual seria de “uma nova doença holandesa”. Quanto ao primeiro conceito, o autor fala que o processo de desindustrialização ocorre quando determinado país transita para estágios mais avançados de desenvolvimento econômico, o que pode ser percebido através da análise de alguns fatores como: produtividade da indústria, isto é, ocorre um aumento na produtividade do trabalho industrial; participação da indústria (em termos de valor adicionado) no PIB, se essa participação se reduz ou não; mudanças internas na estrutura industrial e no padrão de especialização com redução do setor de indústria de transformação.

Nassif (2008) constatou que na segunda metade da década de 1980, em meio a um cenário de estagnação econômica, ocorreu uma queda da participação da indústria no PIB do Brasil, assim como uma forte queda da produtividade do trabalho. Entre 1991 e 1998, a indústria conseguiu manter seu peso, a produtividade aumentou, porém houve queda nas taxas de formação bruta de capital. Após 1999, as taxas de investimento mantiveram-se baixas e a produtividade reduziu. Mesmo com as baixas taxas de crescimento médias anuais do PIB brasileiro entre 1990 e 2000, a indústria de transformação doméstica conseguiu manter um nível de participação médio anual da ordem de 22% no período, percentual semelhante ao ocorrido na década de 1990. Nos últimos anos, houve um ligeiro aumento dessa participação, chegando a 23% em 2004. Essa conjuntura faz com que o autor considere que o período de 1990 até o presente momento não seja qualificado como de desindustrialização.

Já a ideia de “doença holandesa”⁴, para Nassif (2008), estaria relacionada a um contexto combinado de medidas liberalizantes com políticas macroeconômicas que favorecem um taxa de câmbio real apreciada provocando tanto uma modificação no padrão de especialização internacional na direção de produtos primários e industrializados intensivos em recursos naturais, quanto uma realocação geral de recursos para setores primários ou para indústrias tecnologicamente tradicionais. O autor também descarta a possibilidade “doença holandesa” para o contexto brasileiro, já que, segundo suas análises:

As evidências empíricas também não confirmam uma “nova doença holandesa” no Brasil, seja porque não se verificou uma realocação generalizada de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologias baseadas em recursos naturais, seja porque não se configurou um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho (NASSIF, 2008 p.93).

Oreiro e Feijó (2010) citam alguns outros autores no intuito de conceituar o termo desindustrialização, sobre o qual colocam que não deixa de ser compatível com um crescimento expressivo da produção da indústria em unidades físicas. Isso significa que uma economia em processo de desindustrialização não necessariamente tem sua produção industrial estagnada ou em queda, mas que “o setor industrial perde força como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.221).

A desindustrialização não estaria necessariamente ligada a uma “re-primarização da pauta de exportação”, processo no qual ocorre uma reversão da pauta de exportações passando a predominar *commodities*, produtos primários ou produtos manufaturados com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico. No caso haveria desindustrialização “negativa”, já que seria resultado de “uma falha de mercado”, devido à descoberta de recursos naturais escassos cujo valor de mercado é superior ao custo marginal social de produção. Resultando, assim, numa externalidade negativa no setor de bens manufaturados (Bresser-Pereira, 2008 *apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010). Contrariamente, a desindustrialização “positiva” ocorreria quando a pauta de exportações fosse composta por produtos de maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado.

⁴Para Verissimo (2010, p.131) “A doença holandesa (*Dutch disease*) está relacionada à especialização produtiva e exportadora das economias em produtos baseados em recursos naturais baratos e abundantes. Estes produtos geram vantagens competitivas derivadas de rendas ricardianas para os países em questão, cuja elevação das receitas de exportação acaba resultando em apreciação da taxa de câmbio corrente de forma incompatível com a alavancagem da competitividade dos setores produtores de bens manufaturados que utilizam tecnologia sofisticada”. Como consequência disto, tem-se a diminuição da produção/exportação de bens manufaturados, o que acarretaria no processo de desindustrialização de algumas economias por causa da transferência de insumos dos setores industriais para os setores intensivos em recursos naturais, pois estes passariam a ser relativamente mais rentáveis.

Sobre o fenômeno da doença holandesa, Oreiro e Feijó (2010) colocam que a desindustrialização causada por ela também pode ser denominada de “desindustrialização precoce”, pois diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos – nos quais o processo de desindustrialização seria uma consequência do desenvolvimento econômico, dado que ao atingir um determinado nível de renda per capita naturalmente a economia entraria em desindustrialização – alguns países antes de chegarem a esse nível de renda per capita, do “ponto de maturidade” de suas respectivas estruturas industriais e mesmo sem terem esgotado as possibilidades de desenvolvimento econômico oriundas da industrialização, seriam acometidos pela doença holandesa e entrariam no processo da desindustrialização precoce.

Compreender os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico e de industrialização atrelada a tais processos é o ponto de partida para a análise da desindustrialização, segundo Cano (2012). Crescimento econômico concomitante a aumento da produtividade média, o que é essencial para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego, são marcos dos países desenvolvidos. Constituem em um processo que dá fôlego à industrialização e urbanização. Quando os países se desenvolvem, alterações ocorrem no que diz respeito a alguns indicadores econômicos básicos:

[...] elevado nível da renda per capita e forte diminuição da participação do setor agrícola no PIB e no emprego, que passa a ostentar menos de 10%, por força do aumento mais que proporcional obtido pelos setores de indústria e de serviços. A diminuição é apenas relativa, uma vez que o crescimento dos demais setores e da urbanização obrigam a agricultura a crescer, diversificar e modernizar-se, diminuindo a diferença de seus resultados em relação aos demais setores, proporcionando assim, maior homogeneidade estrutural econômica e social (CANO, 2012, p. 2).

Isso só será possível se a industrialização avançar, crescendo mais que os demais setores, com elevada produtividade e diversificada estrutura, principalmente com a necessária implantação dos setores de bens intermediários e de capital. Quando a indústria de determinado país alcança a maturidade, a indústria de transformação fica responsável por 30 a 40% do produto, dando impulso à urbanização e ensejando o desenvolvimento do setor de serviços (saúde, transporte, educação, finanças, comércios, etc.). Nessa trajetória, a estrutura produtiva e do emprego do setor de serviços passa a se desenvolver constantemente, mais que a agricultura e a indústria de transformação, que perde participação relativa, o que Cano (2012) conceituou como desindustrialização num sentido positivo ou normal.

Para os países em desenvolvimento a situação é bem diferente. Existe o contexto de subdesenvolvimento, fruto de um processo de inserção internacional capitalista iniciado no século XIX e que ainda alimenta relações pré-capitalistas de produção e, por isso, acaba por

manter uma dinâmica incapaz de promover uma homogeneização econômica e social. Sendo assim, permanece a heterogeneidade estrutural, a debilidade das contas externas, do financiamento de longo prazo, da fiscalidade e da inflação latente ocasionando a desindustrialização precoce e nociva, como é o caso brasileiro (CANO, 2012).

O autor lista alguns fatos que estão levando a esse processo de desindustrialização no Brasil: política cambial prevalecente desde o Plano Real com câmbio excessivamente valorizado; taxa de juros altos; abertura comercial desregrada; IDE (Investimento Direto Externo) com caráter especulativo e não produtivo; investimento interno concentrado no setor de serviços; desaceleração da economia mundial.

Como é possível perceber, o debate sobre a desindustrialização é intenso, divide opiniões e parece estar longe de terminar. Enquanto isso, vários estudos têm sido feitos no sentido de confirmar ou contestar a hipótese da desindustrialização em diversos países, dentre eles, Brasil e Argentina.

1.3. Desindustrialização em países desenvolvidos

Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1999, *apud* OREIRO e FEIJÓ, 2010, p.222), a desindustrialização pode ser causada por fatores externos e fatores internos relacionados a uma determinada economia. Basicamente, no que diz respeito aos aspectos internos destacam-se: uma mudança na relação entre a elasticidade da renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços.

O raciocínio seria que o processo de desenvolvimento econômico “naturalmente” caminharia para um certo nível de renda per capita a partir do qual todas as economias se desindustrializariam, já que a elasticidade renda da demanda por serviços segue uma tendência de crescimento em contextos de desenvolvimento econômico, podendo apresentar-se maior do que a elasticidade renda da demanda por manufaturados (OREIRO e FEIJÓ, 2010). Assim, a continuidade do desenvolvimento econômico acarretará em um aumento da participação dos serviços no PIB (a partir de certo nível de renda per capita) e uma queda da participação da indústria no PIB. Acrescenta-se ainda que, devido ao fato da produtividade do trabalho crescer mais rapidamente na indústria do que nos serviços, a participação do emprego industrial poderá declinar antes mesmo da queda da participação da indústria no valor adicionado (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Dependendo do estágio de desenvolvimento pelo qual o país está passando, os motivos da queda da participação do emprego ou valor adicionado industrial em relação ao total serão

diferentes, já que trajetórias históricas, tecnológicas e institucionais e o estágio industrial do país também são fatores que diferenciam o processo de desindustrialização, criando, assim, novas subdivisões desse processo (SAMPAIO, 2012).

De acordo com Rowthorn e Coutts (2004, *apud* SAMPAIO, 2012), a queda da participação do emprego industrial em relação ao total nos países desenvolvidos pode ser explicada por cinco fatores diferentes:

1. Especialização: atividades de terceirização e subcontratação, as quais elevam a divisão do trabalho e geram uma reclassificação das atividades para o setor de serviços;
2. Consumo: num primeiro momento, o aumento da renda ocasiona que mais recursos sejam destinados ao consumo de bens industriais em detrimento dos bens agrícolas, o que ficou conhecido como “Lei de Engel”. Posteriormente, com a continuidade do crescimento da renda, existe um aumento relativo da participação da demanda por bens de serviços (relação denominada de “Lei de Bell”);
3. Produtividade: o aumento da produtividade do setor manufatureiro tem se sobressaído em relação à produtividade dos serviços nos últimos anos, assim menos empregos são gerados nas manufaturas em comparação com o setor de serviços, o que altera os preços relativos, o peso no agregado e a estrutura de produção;
4. Comércio internacional: por disporem de mão de obra com menor custo, os países em desenvolvimento apresentam vantagem de produção de bens de menor valor agregado, enquanto que os setores mais intensivos em tecnologia geram emprego, mas em menor número do que o setor de menor valor agregado, por isso a importância das vantagens relativas no comércio internacional;
5. Investimento: uma taxa de formação bruta de capital elevada tende a aumentar a participação dos produtos manufaturados na demanda agregada ocasionando uma maior participação do valor adicionado e emprego industrial em relação ao total.

Sampaio (2012) acrescenta ainda que desde a década de 70 os estudos sobre o processo de desindustrialização nas nações desenvolvidas indicam que o fenômeno tem relação com a continuidade do desenvolvimento dessas regiões, já que a diminuição do emprego industrial em relação ao total se deve ao progresso técnico no setor manufatureiro, o qual se manifesta através do aumento da produtividade do setor manufatureiro em relação ao setor de serviços. Destaca também que a elevada renda per capita e um parque industrial maduro favorecem para que essas economias desenvolvidas passassem por um processo natural de desindustrialização.

1.4. Evidências de desindustrialização em países em desenvolvimento

Diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos, nos países em desenvolvimento o processo de desindustrialização teria início a um nível per capita de renda significativamente menor do que aquele que os países hoje desenvolvidos apresentaram quando passaram por esse fenômeno (LARA, 2011). Ressalta-se que existem diferenças significativas no que diz respeito ao processo de desindustrialização e suas consequências entre América Latina, África e Ásia. Apesar de todos fazerem parte do grupo de economias em desenvolvimento, tais regiões passaram por processos díspares de abertura comercial nas décadas de 80 e 90, o que, segundo recomendações do FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, gerou esses diferentes casos de desindustrialização (SAMPAIO, 2012).

Com base em Akyuz (2005) e Unctad (2003), Sampaio (2012) desenvolveu uma tipologia para os países em desenvolvimento. O primeiro grupo foi denominado de “Países de industrialização madura” composto pelos NEI (Novos países industrializados da Ásia) da primeira onda, especialmente Taiwan e Coreia do Sul, compreende as nações que atingiram maturidade industrial significativa e se preocuparam com uma rápida acumulação de capital, dessa forma apresentam elevados níveis de produção industrial apesar de, nas últimas décadas, o ritmo da expansão da capacidade de produção do setor industrial ter reduzido. O grupo “Nova geração de países industrializados” abrange os países NEI da segunda onda, como Malásia, Tailândia e China, países que têm apresentado um aumento da parte correspondente ao setor industrial no emprego, produção e exportações totais, assim como as indústrias de maior intensidade tecnológica têm ganhado participação se comparadas às intensivas em recursos naturais e intensivas em trabalho.

Fazem parte ainda dessa tipologia o grupo “Países industrializados de enclave” (composto por México e Filipinas), regiões que de forma rápida entraram nas redes internacionais de produção nas operações de montagem de bens intensivos em trabalho. Apesar de o setor industrial vir apresentando aumento do emprego e das exportações, outras variáveis, como crescimento econômico geral, investimentos, valor agregado industrial e crescimento da produtividade, têm demonstrado baixos resultados.

O último grupo, denominado “Países desindustrializados” (representado por países como Brasil e Argentina), são nações que não aprofundaram seus respectivos processos de industrialização, já que os setores de alta tecnologia não se desenvolveram. Baixas taxas de investimento e crescimento econômico, produtos primários e manufaturados de baixo valor agregado e perda de valor agregado da indústria em relação ao total são características desse grupo.

Ricupero (2007) também faz referência ao contraste entre o processo de desindustrialização da Ásia do Leste e da América Latina. Países grandes (Argentina, Brasil e Chile) que fazem parte do grupo da América Latina não apresentam aumento de produtividade, dinamismo em industrialização ou mudança estrutural, enquanto grande parte das economias do Leste Asiático encontra-se em vários estágios de industrialização exitosas. Para o autor, permanecem os resquícios da crise da dívida dos anos oitenta, acontecimento que fez com que os latino-americanos adotassem drásticas mudanças de política econômica na intenção de reduzir níveis de endividamento e controlar inflações que potencialmente poderiam se tornar hiperinflações. Essas reformas não conseguiram que os níveis de investimentos retornassem aos patamares pré-crise.

Além disso, Ricupero (2007) acrescenta que a debilidade econômica e a instabilidade das taxas de juros e de câmbio não garantiram condições suficientes para que as economias da América Latina se preparassem para o “choque de competição” causado pela liberalização comercial e financeira da época.

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA

2.1. Características gerais do processo de industrialização brasileiro

Para melhor analisar a situação do processo de industrialização brasileiro e, a partir disso, compreender o processo de desindustrialização do país, realizou-se um resgate histórico partindo da década de 80 que para a América Latina foi um período de intensa crise. De acordo com Silva (2012):

[...]a economia brasileira sofreu, ao longo do anos 80, forte queda nas taxas de crescimento, aceleração inflacionária, encurtamento dos horizontes de investimento e expressivo aumento das incertezas. Tendo em vista a exaustão do padrão de financiamento que havia garantido os investimentos da década de 70 e, ainda, a deterioração das finanças públicas, rompe-se o modelo de crescimento que havia pautado o desempenho econômico do país, fazendo-o entrar em uma ampla crise mais conhecida como a crise da dívida (SILVA, 2012, p.55).

Suzigan (1992, *apud* SILVA, 2012), analisando os investimentos realizados na década de 80 observou que grande parte deles foram alocados para a modernização e racionalização dos parques produtivos, assim constatou-se que a expansão da capacidade produtiva ocorreu apenas de forma marginal. A partir de dados do IBGE, o mesmo autor verificou que a queda da produção da indústria de transformação, no período em questão, foi de aproximadamente 6,5%, sendo os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis os principais

responsáveis pela queda, o que revelou uma inversão da tendência que se verificava após 1955, na qual o crescimento econômico havia sido impulsionado pela expansão desses setores industriais.

Até o período analisado, é possível perceber que o Brasil passou por um vigoroso processo de industrialização que se deu a partir de diversos esforços, sendo que o Estado atuou de forma decisiva em várias ocasiões, tais como: Plano de Metas, Milagre Econômico e II PND (SILVA, 2012). É fato que a indústria brasileira foi o motor do crescimento econômico do país no período de 1950 a 1980, fase em que o Brasil estabeleceu uma estrutura industrial relativamente diversificada, integrada e impulsionada pelo mercado doméstico (SARTI; HIRATUKA; 2011). Nesse período, o PIB brasileiro cresceu 7,4% enquanto o produto industrial cresceu a taxa média anual de 8,3%, apesar de não ter consigo internalizar completamente as capacidades inovativas das economias maduras e nem atingindo as condições de financiamento de longo prazo, ocorreu um processo de convergência da estrutura produtiva em relação às economias mais avançadas (ECIB, 1994, SARTI; HIRATUKA, 2011).

No que se refere ao período da década de 90 em diante, a discussão se torna mais acirrada em torno da existência de um processo de desindustrialização no país. Da corrente que é favorável à tese de que o Brasil realmente está passando pelo processo de desindustrialização, Cano (2012) considera o fenômeno precoce, nocivo e um regresso no progresso econômico do país. Para o autor, alguns fatos principais são responsáveis por essa situação, o primeiro deles é a política cambial que foi instaurada a partir do Plano Real e que tem como base o câmbio excessivamente valorizado cumprindo o papel de âncora dos preços, somado ainda aos juros absurdamente altos e à âncora fiscal: “O resultado dessa insana trilogia foi a crescente perda de competitividade internacional da indústria nacional perante as de outros países” (CANO, 2012, p.4).

O segundo fator considerado por Cano (2012) é a abertura desregrada que, desde 1989, o Brasil vem passando, sendo que a queda de tarifas e o fim de mecanismos protecionistas do setor industrial brasileiro, juntamente com o câmbio valorizado, deixaram a indústria brasileira sem proteção e vulnerável à concorrência internacional. A combinação de taxa de juros elevada e uma taxa de lucro da economia industrial contida desestimula o investimento dos empresários. Com o investimento inibido o setor industrial não cresce, torna-se obsoleto, perde produtividade, oportunidades, competitividade e têm dificuldades de assimilar o progresso técnico (CANO, 2012).

E isso é compreensível, pois a produtividade e competitividade da indústria brasileira se conteve e em muitos casos caiu, e isto o capital percebeu claramente.

Ao mesmo tempo, houve a guinada de IDE predominantemente americano e asiático para a China, em busca de trabalho barato, câmbio desvalorizado e alta competitividade. Por esta razão ele se mudou, em grande parte, para a China para produzir mais barato, abandonando inclusive antigas áreas em que exercia essa prática, como por exemplo, a fronteira norte americana (CANO, 2012, p.5).

A última razão colocada por Cano (2012) como motivo para a desindustrialização é a desaceleração econômica mundial desde 2007. O autor ressalta que a partir da política econômica dos EUA e da União Europeia é possível perceber que possivelmente o mundo pode atravessar um período de longa crise e que todas as economias desenvolvidas e a China estão colocando em prática políticas agressivas no mercado internacional no intuito de exportarem seus produtos industriais.

Também favoráveis à tese de que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização, os autores Oreiro e Feijó (2010) defendem que “parece haver pouca margem para a dúvida a respeito da ocorrência de um processo de desindustrialização da economia brasileira, mesmo após a mudança do regime cambial em 1999” (OREIRO; FEIJÓ; 2010, p.229), as divergências ainda existentes referem-se às causas desses processo, isto é, o fenômeno seria o resultado natural do estágio de desenvolvimento da economia brasileira ou seria a consequência das políticas macroeconômicas adotadas nos últimos 20 anos. Sampaio (2012), também defende que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização precoce, o autor enfatiza a regressão estrutural da economia brasileira nas últimas décadas devido a vários aspectos da produção, emprego e inserção externa. Por outro lado, autores como Nassif (2008) não acreditam que o país esteja ou tenha passado pelo fenômeno da desindustrialização. Para comprovar sua tese, o autor argumenta que a perda de participação da indústria no PIB foi um fenômeno que aconteceu basicamente na segunda metade dos anos oitenta, ou seja, antes da implementação das reformas econômicas estruturais, tais como a liberalização comercial, sendo que essa queda do PIB em meados da década de 80 ocorreu quando o país passava por uma fase de estagnação econômica, inflação elevada e forte retração da produtividade do trabalho.

Em termos gerais, o que se observou na segunda metade dos anos 1980 foi uma queda da participação da indústria no PIB, em meio a uma fortíssima retração na produtividade do trabalho e a um cenário de estagnação econômica. Entre 1991 e 1998, o cenário foi de manutenção do peso da indústria, com aumento na produtividade do trabalho, mas queda nas taxas de formação bruta de capital. Após 1999, houve retração da produtividade e manutenção das baixas taxas de investimento. Ou seja, o comportamento instável da produtividade e os níveis reduzidos de investimento, desde o início dos anos 1990, contribuíram para impedir o retorno da participação da indústria no PIB aos níveis médios anuais prevalecentes na década de 1980 (NASSIF, 2008, p.93).

Nassif (2008) defende ainda que de 1990 até o período atual não se pode considerar que o país tenha passado ou esteja passando por desindustrialização, porque mesmo que o PIB tenha crescido a baixas taxas entre 1990 e 2000, a indústria de transformação doméstica manteve participação média anual da ordem de 22% nesse período, percentual semelhante ao ano de 1990, e nos anos seguintes houve uma melhora desse índice que, em 2004, alcançou 23%.

Sarti e Hiratuka (2010) assumem uma posição intermediária quanto ao processo de desindustrialização brasileiro e analisam as mudanças e tendências recentes da indústria mundial e os desafios para o desenvolvimento do Brasil dentro deste contexto. Os autores discutem sobre o padrão assimétrico de inserção produtiva e comercial dos países em desenvolvimento, a partir de estratégias nacionais diferentes adotadas e da inserção de países nas cadeias produtivas de empresas transnacionais, o que resultou em padrões de desenvolvimento industrial também diferentes.

É feita uma separação dos países em desenvolvimento em dois grupos: países do Leste Asiático e países da América Latina. Em relação aos primeiros, os autores analisaram que as empresas transnacionais tiveram forte peso no que se refere ao processo de desenvolvimento pós década de 1980. A atuação dessas empresas propiciou o aumento da participação da indústria no PIB, expansão das exportações e também elevação do valor adicionado das manufaturas. Já ao analisar os países da América Latina, as constatações se deram no sentido de que no Brasil e na Argentina houve uma queda na participação da indústria no PIB, no Chile ocorreu aumento do peso do setor de processamento de recursos naturais o que, para os autores, pode ser considerado como um processo claro de desindustrialização (SARTI; HIRATUKA, 2011).

Apesar do longo período de estagnação pelo qual o Brasil passou e que acarretou na perda de importância relativa no sistema mundial industrial, Sarti e Hiratuka (2011) defendem que não é correto afirmar que a indústria brasileira esteja fatalmente condenada a permanecer contribuindo pouco para com o desenvolvimento econômico do país. Os autores partem da perspectiva de que os próximos anos serão decisivos para a indústria brasileira definir qual será seu papel no processo de desenvolvimento, papel que poderá ser muito mais ativo “com um círculo virtuoso sustentado pela geração de renda e emprego no mercado interno, fomentando novos investimentos, capacitação tecnológica e maior inserção externa no longo prazo” (SARTI; HIRATUKA, 2011, p.2) ou um papel mais subordinado “com uma estrutura mais especializada, com o consumo dependendo muito mais das rendas e transferências

geradas pelas atividades exportadoras consolidadas nos setores de *commodities* agrícolas e minerais” (SARTI; HIRATUKA, 2011, p.2).

2.1. Características gerais do processo de industrialização argentino

Em relação ao processo de industrialização argentino, em 1979 o país passou por uma pela fase de Abertura Econômica, cabe destacar que ocorreu uma crescente eliminação das restrições às exportações, com isso vários produtos que antes eram proibidos de serem importados puderam ser comercializados, os militares acreditavam que essa medida conseguiria provocar uma queda da inflação devido ao aumento da concorrência interna, porém, ao contrário do que previa o receituário ortodoxo, o que se observou foi que a valorização artificial da moeda e a queda das barreiras às importações ocasionaram uma redução na demanda pela produção doméstica e aumentos nas taxas de desemprego (SOARES, 2011). De forma geral, o período em que a Junta Militar esteve no governo argentino, para o autor:

Ele marca o início da supremacia do pensamento ortodoxo na política econômica do país, bem como o abandono das ideias desenvolvimentistas que vinham sendo desenvolvidas, ora com maior, ora com menor intensidade, desde a década de 1930. Todos os demais movimentos de política econômica argentina, adotados até o final do século XX, serão fortemente influenciados pelo ideal militar de diminuição do intervencionismo estatal na economia (SOARES, 2011, p.22).

O retorno ao modelo democrático de gestão na Argentina se deu em 1983 com o presidente Raúl Alfonsín. Este governo herdou vários problemas da fase anterior e, mesmo com o esforço realizado, não conseguiu solucionar as problemáticas do endividamento externo, estagnação econômica e inflação, inclusive foi criada uma nova unidade monetária (Austral) no intuito de dar maior confiança aos agentes econômicos, porém um processo hiperinflacionário se instalou no país e acabou derrubando o governo. O presidente Alfonsín deixou o poder em 1989 com uma dívida externa que superava 60 bilhões de dólares e com uma economia extremamente abalada e em estado crítico (RAPOPORT, 2009).

Em seguida, assumiu a presidência da Argentina, Carlos Saúl Menem, responsável por adotar um dos programas de reformas liberalizantes mais ousados e que consistia em cinco pilares principais, de acordo com Vadell (2006, p. 199): “a privatização das empresas públicas; 2) a abertura comercial; 3) a liberalização financeira; 4) reformas trabalhistas; e 5) o programa de estabilização, a partir de uma taxa de câmbio fixa”.

Soares (2011) coloca que o processo de abertura econômica implementado por Menem durante a década de 90 fez com que o a Argentina vivesse seus níveis de desindustrialização

mais altos, sendo que a queda da participação relativa do produto industrial no PIB foi superior à queda ocorrida durante o governo da Junta Militar.

Fernando de la Rúa foi quem assumiu o cargo de presidente da Argentina, em 1999, com o compromisso de manter a conversibilidade do peso em relação ao dólar, além disso aplicou uma série de políticas de ajuste econômico recessivas e deflacionárias, que atingiam, principalmente, a maioria dos segmentos de classes médias e baixas (VADELL, 2006). Em 2001, a situação da Argentina se agravou ainda mais com a falência do programa econômico de convertibilidade, o qual determinava a adoção do *corralito* (medida promulgada na intenção de restringir as retiradas de dinheiro dos bancos), a fim de evitar uma “corrida aos bancos” por parte da população do país. Os índices socioeconômicos revelavam a gravidade da situação: o índice de desemprego em 2001 foi o segundo mais alto desde 1980, o PIB em 2001 era menor do que o PIB de 1997 (SOARES, 2011).

Sobre o contexto econômico da Argentina nesse período:

O impacto social das crises da segunda metade dos anos 90 foi dramático para a sociedade argentina. Alguns dados mostram o grau de seriedade da situação social do país. O desemprego aberto superou, em 2002, 20% da população ativa, o PIB tinha declinado numa taxa anual de 16,3% durante o primeiro trimestre de 2002, o que representou um recorde. Os salários reais abaixaram 18% durante o decorrer desse ano. As taxas de pobreza e de indigência chegaram a níveis nunca antes vistos: os dados do governo indicam que 53% dos argentinos viviam abaixo da linha da pobreza, sendo 25% da população indigente (necessidades básicas não satisfeitas). Entre 1998 e 2002, elevou-se a pobreza extrema em 223% na Argentina. Um fato único num espaço de tempo tão reduzido. Em 2001, a participação dos trabalhadores no PIB caiu ao nível mais baixo da história argentina (VADELL, 2006, p.202).

A partir dessa análise cronológica é possível perceber como a situação econômica argentina foi se agravando e como o setor industrial sofreu durante esse processo. A queda dos índices de importância relativa do produto e do emprego industriais no último quartel do século XX ilustra as consequências das políticas adotadas no decorrer dos últimos anos:

O processo de desindustrialização argentino é coerente com as medidas econômicas adotadas pelo país durante o período. A adoção de políticas de abertura comercial desmedida, em uma economia com baixo grau de competitividade, tenderia naturalmente a gerar crescentes déficits na balança comercial. A parca inserção internacional dos produtos argentinos foi agravada na década de 90, quando a valorização forçada da moeda nacional acabou por diminuir ainda mais a competitividade da indústria desse país, dificultando assim, a inserção de seus produtos no mercado internacional e incentivando a substituição do consumo de produtos nacionais por mercadorias importadas (SOARES, 2011, p.46).

Em relação ao caso argentino, os autores parecem compartilhar da visão de que o país passa por um processo de desindustrialização sendo, portanto, maior o consenso quanto à existência desse fenômeno.

Segundo Kosacoff (2010), a política industrial argentina enfatiza a necessidade de incrementar as exportações de manufaturas, para isso o governo busca manter o câmbio elevado e oferece uma série de amplos e generosos incentivos às exportações, no entanto os resultados não têm sido satisfatórios. O nível atual das exportações industriais é o mesmo da década passada, deixando evidente a fraca orientação exportadora do país, além disso, o fato da Argentina se especializar na exportação de bens intermediários em detrimento dos manufaturados implica grandes limitações, já que os produtos se colocam como *commodities* no mercado internacional, sendo a Argentina tomadora de preços, os quais, muitas vezes, apenas cobrem os custos de produção. As exportações de produtos de baixo valor agregado deixam evidente a desarticulação do aparato de produção à medida que não se dá continuidade aos encadeamentos da cadeia produtiva.

Atualmente, o setor industrial argentino tem perdido sua capacidade de gerar emprego e de ser o motor de crescimento da economia. Conjuntamente, as atividades manufatureiras tem se estancado, ainda que não de maneira uniforme, mas com uma crescente heterogeneidade em seu interior. Diante disso, a viabilidade de um crescimento sustentado e equitativo da economia argentina está condicionada à modalidade que seu processo de industrialização irá assumir, bem como pela definição de um conjunto articulado de explícitas políticas microeconômicas, macroeconômicas e setoriais que levem em consideração o cenário internacional e que envolvam o Estado, o Parlamento, os empresários e os trabalhadores, isso são condições básicas para a Argentina avançar na reconversão e modernização de seu aparato industrial (KOSACOFF, 2010).

Soares (2011) realizou um estudo sobre a economia argentina, a fim de avaliar a existência do fenômeno da desindustrialização durante o período de 1976 a 2001 e chegou à conclusão de que o país realmente enfrenta esse problema. O processo de desindustrialização argentino é coerente com as medidas econômicas adotadas pelo país durante o período. A adoção de políticas de abertura comercial desmedida, em uma economia com baixo grau de competitividade, tenderia naturalmente a gerar crescentes déficits na balança comercial. A parca inserção internacional dos produtos argentinos foi agravado na década de 90, quando uma valorização forçada da moeda nacional acabou por diminuir ainda mais a competitividade industrial da indústria desse país, dificultando assim, a inserção de seus produtos no mercado internacional e incentivando a substituição do consumo de produtos nacionais por mercadorias importadas.

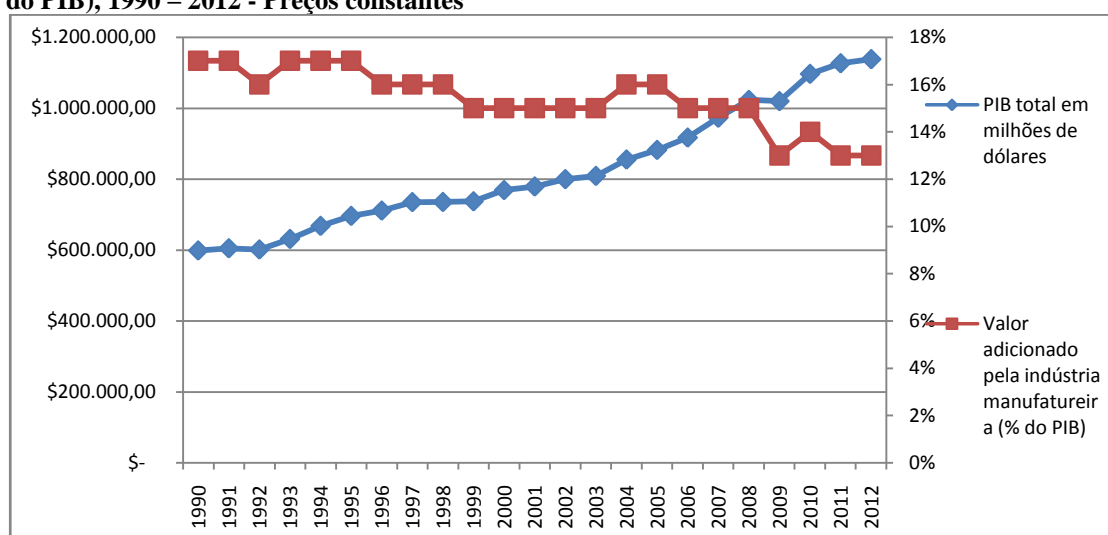
3INDICADORES DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

3.1. Participação da indústria de manufatura no PIB do Brasil e da Argentina

A evolução da participação do valor adicionado da indústria de manufatura no PIB é um dos principais indicadores utilizados pelos autores que tratam da temática. Esse indicador pode sinalizar que o setor industrial tem perdido importância relativa na composição do PIB caso apresente uma trajetória de queda, o que pode comprovar as evidências de desindustrialização. Diante disso, foram coletados dados referentes à participação da indústria de manufatura no PIB para o Brasil e para a Argentina.

A trajetória desse indicador para o Brasil pode ser visualizada no Gráfico 1. Como esse indicador é uma medida relativa, é interessante verificar a trajetória não apenas do valor adicionado da indústria de manufatura no PIB como também a trajetória do próprio PIB, assim é possível uma melhor comparação:

GRÁFICO 1 – Brasil – PIB (Em milhões de Dólares) e valor adicionado pela indústria manufatureira (% do PIB), 1990 – 2012 - Preços constantes⁶



Fonte: CEPAL: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Elaboração Própria.

Para Marquetti (2002, *apud* OREIJO; FEIJÓ, 2010), a economia brasileira teria vivenciado um processo de desindustrialização nas décadas de 1980 e 1990, tanto no que se refere à participação do emprego da indústria de manufatura em relação ao total como em relação ao valor adicionado por esse setor. Para o autor, a desindustrialização que ocorreu nesse período foi causada pelo baixo investimento feito na economia brasileira, principalmente na indústria e, tal processo, teria consequências negativas em relação ao crescimento da economia brasileira, já que estaria atrelado à transferência de recursos e trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho ocasionando, dessa forma, um reduzido crescimento do produto potencial no longo prazo.

⁶ A preços constantes de 2005.

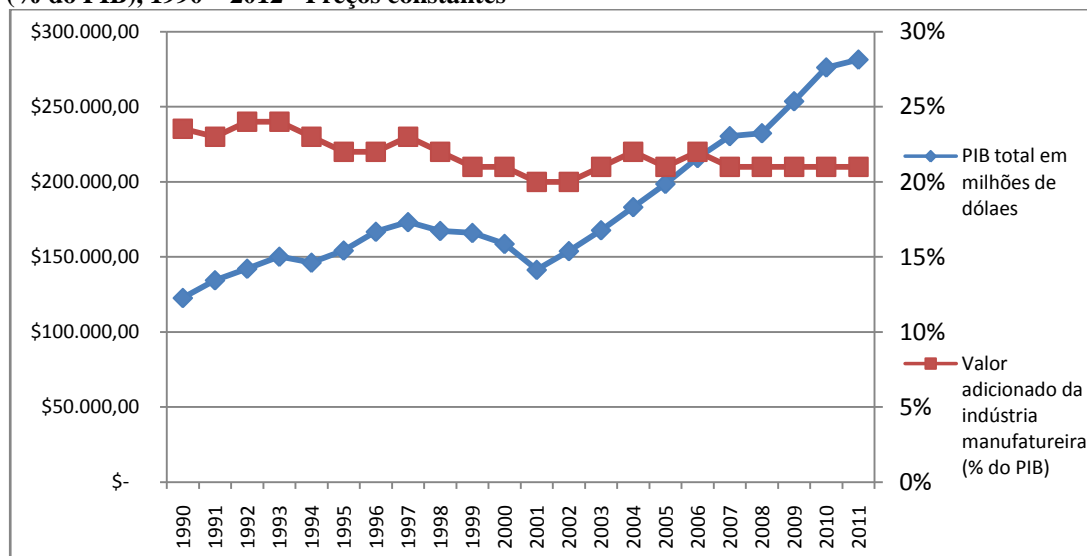
Segundo Sampaio (2012), entre as décadas de 1930 e 1950 o Brasil passou por uma fase que ficou conhecida por “industrialização restringida”, devido à limitada capacidade de investimento e crescimento da economia e a existência de uma indústria incipiente. De meados da década de 1950 até a década de 1980, ocorreu a “industrialização pesada”, neste período se deu a ampliação do parque industrial, instituiu-se a indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis. No entanto, a partir de meados da década de 80 até a atualidade, em função da abertura da economia e de políticas de viés neoliberal, nota-se um processo de desindustrialização, com a redução relativa da estrutura produtiva, perda da competitividade internacional e de intensidade tecnológica e inserção externa predominante em produtos básicos.

O Gráfico 1 exibe a evolução do PIB brasileira, bem como a participação do valor adicionado da indústria manufatureira em porcentagem do PIB, este apresenta crescimento na maior parte do período analisado, o que não se verifica em relação ao valor adicionado da indústria que inicia o período com o percentual de 17% e termina, em 2012, com 13%, mostrando a perda relativa de participação da indústria de transformação no PIB do Brasil.

Quanto à Argentina, o indicador de valor adicionado da indústria de manufatura como porcentagem do PIB e a participação da indústria de manufatura argentina em relação ao PIB pode ser analisada a partir do gráfico 2.

Através do Gráfico 2, percebe-se que o valor adicionado pela indústria manufatureira argentina de 1994 a 2006 apresentou uma queda, porém entre os anos de 2007 a 2012 o indicador se estabiliza no patamar de 21%. Ao comparar o início do período, 1990, e o final do período, 2012, o indicador passa de 24% para 21%, demonstrando a perda de participação relativa da indústria manufatureira do país.

GRÁFICO 2 – Argentina– PIB (Em milhões de Dólares) e valor adicionado pela indústria manufatureira (% do PIB), 1990 – 2012 - Preços constantes⁷



Fonte: CEPAL: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Elaboração Própria.

Segundo Kosacoff (2010), enquanto predominava o regime de economia semifechada na Argentina até meados dos anos setenta, a restrição externa gerava ciclos de *stop and go*. Quando chegou ao fim a estratégia de substituição de importações e se deu a transição para uma economia aberta, a volatilidade do produto gerado pelo país tornou-se muito mais frequente e pronunciada. As flutuações dos últimos anos se destacam por sua amplitude, ainda que se trate de uma experiência aguda de volatilidade macroeconômica, essas flutuações refletiram em um intenso processo de regressão social e uma elevada incerteza para os negócios.

Para Soares (2011)⁸, a trajetória do PIB argentino demonstra a perda de dinamismo ocorrida no país já que em 2001 o PIB era menor do que em 1997. Mais do que um crescimento lento, pode-se dizer que a economia argentina passou por uma contração entre os anos de 1997 e 2001.

No Gráfico 2, é possível ver a evolução do PIB argentino, mesmo apresentando alguns períodos de queda, tal performance, porém, não é desempenhada pelo valor adicionado da indústria de manufatureira que perde importância comparativamente à ascendência do PIB.

No período de substituição de importações, segundo Kosacoff (2010), a evolução do valor agregado pela indústria manufatureira em relação ao PIB total da economia argentina foi marcadamente crescente, aumentando de menos de 20% para 23% em meados dos anos 70. Essa tendência de alta se reverteu com intensidade a partir do processo de abertura econômica

⁷ A preços constantes de 2005.

⁸ Soares (2011) analisa o período entre os anos de 1976 a 2001.

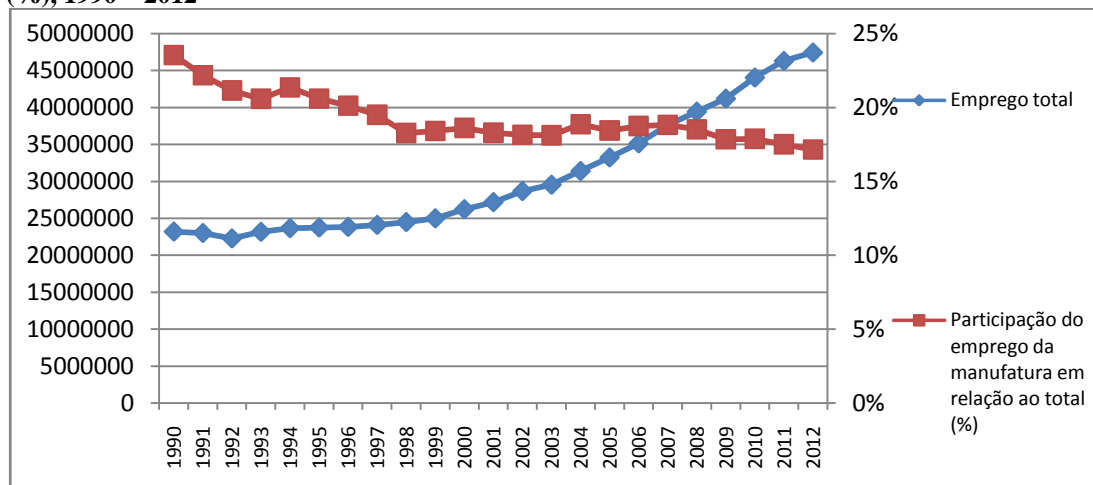
passando a indústria a contribuir com menos de 17% em relação ao PIB total da economia no quinquênio 2004-2008.

Os gráficos apresentados, tanto no caso do Brasil como da Argentina, revelam que no período de 1990 a 2012, esses países desempenharam uma trajetória de crescimento, na maior parte do tempo, quanto ao PIB de suas nações. No entanto, o indicador de valor adicionado da indústria de manufatura não conseguiu manter-se em alta.

3.2. Participação do emprego da indústria manufatureira no emprego total para Brasil e Argentina

O indicador de emprego gerado na indústria também é importante para avaliar como tem sido a capacidade do setor industrial de geração de empregos ao longo do tempo. Para o Brasil, esse indicador está representado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Brasil– Emprego total e participação do emprego industrial em relação ao emprego total (%), 1990 – 2012



Fonte: IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração Própria.

De 1998 a 2011 o indicador de participação do emprego da manufatura no emprego total brasileiro oscilou entre 18% e 19%, porém ao se comparar o valor do início do período analisado, 1990, com o valor do final do período, 2012, percebe-se uma redução de 24% para 17% que, por se tratar de geração de emprego, representa uma queda significativa.

O DIEESE (2011) aponta que para países como o Brasil, afóra deixar de gerar empregos qualificados, a redução do peso da indústria cria uma dependência perigosa, considerando que todos consomem produtos industriais com mais qualidade e em quantidades cada vez maiores. O consumo de produtos industrializados aumenta com o crescimento da renda da população, sendo que a elasticidade-renda de produtos industriais é maior que a elasticidade por produtos primários. Para nações que não completaram seu círculo industrial quando a indústria de transformação perde espaço para outros setores, especialmente o setor

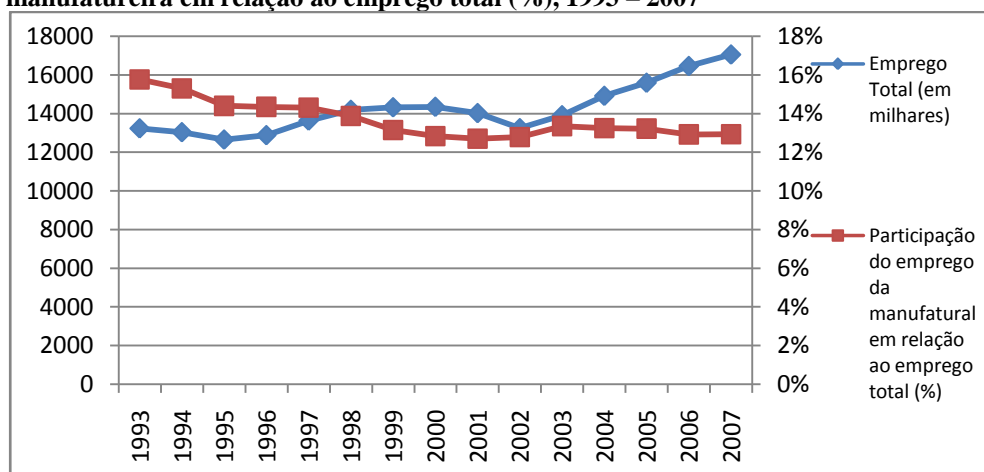
de serviços, em médio prazo, o país pode enfrentar sérios problemas no setor externo, associado a crescentes déficits em conta corrente e terá que habituar-se a diminuições na geração de empregos mais qualificados.

A perda expressiva do peso relativo dos produtos industrializados intensivos em trabalho no total do valor adicionado e das exportações do país é uma das duas evidências preocupantes ressaltadas por Nassif (2008) em relação a um possível contexto desindustrializante do país. “Possível”, pois, para o autor, as evidências até o momento⁹ não comprovam um retorno a um padrão generalizado de especialização exportadora baseada em produtos primários. Essa perda não seria alvo de preocupação se houvesse sido compensada pelo avanço dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciadas ou baseadas em ciências, já que esses setores têm grande potencial para difundir externalidades tecnológicas para o restante da economia. Nassif (2008) coloca como segunda evidência preocupante a sobrevalorização real da moeda brasileira frente ao dólar, de acordo com o autor a sobrevalorização tem sido recorrente desde o final da década de 1980, apenas foi interrompida entre o início de 1999 (diante do ataque especulativo que levou ao regime de flutuação cambial) e o final de 2003 (considerando que o autor analisa o período de janeiro de 1989 a janeiro de 2006).

No caso da Argentina, a queda do indicador de participação do emprego industrial é mais evidente ao longo dos anos (Gráfico 4).

O indicador, em 1993, atingiu o valor de 16% e, desde então, apresentou queda atingindo o patamar de 13% em 2007. No Gráfico 4, encontra-se além do indicador de participação do emprego industrial, também a trajetória do emprego total:

GRÁFICO 4 - Argentina– Emprego total (em milhares) e participação do emprego da indústria manufatureira em relação ao emprego total (%), 1993 – 2007



Fonte: *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC)*. Elaboração Própria.

⁹Nassif (2008) analisa o período entre os anos de 1989 a 2005.

Soares (2011) coloca que o processo de abertura econômica realizado na gestão do presidente Menem (1989-1999), durante a década de 90, fez com que a desindustrialização atingisse seus níveis mais altos, isso devido à queda da participação relativa do produto industrial no PIB e também por causa das reduções drásticas da importância relativa do emprego industrial.

3.3. Breves comentários sobre a comparação dos processos de desindustrialização no Brasil e na Argentina

A partir dos gráficos apresentados acima é possível levantar possíveis hipóteses sobre os processos de desindustrialização no Brasil e na Argentina e sobre a estrutura produtiva desses países.

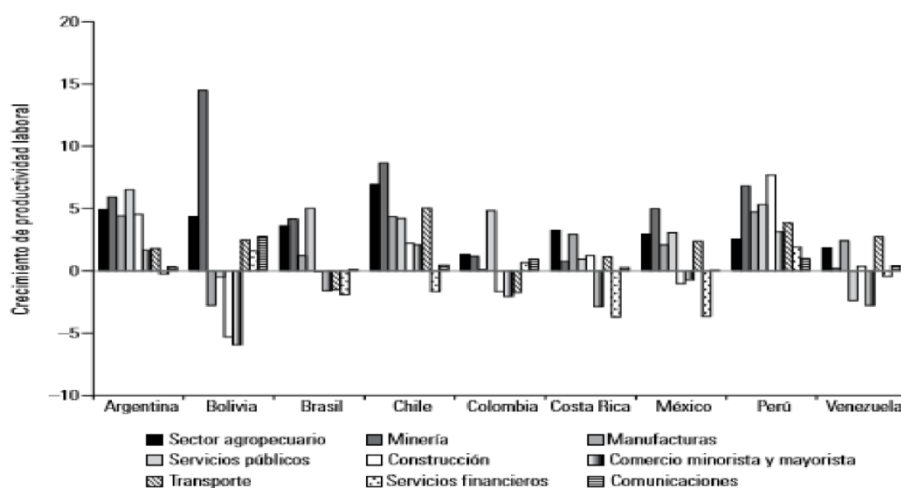
Uma dessas hipóteses está relacionada à questão da produtividade. Ao analisar os Gráficos 2 e 4 constata-se que a Argentina, no ano de 2012, possuía uma participação da indústria manufatureira no PIB de 21% e uma participação do emprego manufatureiro em relação ao total de 13% em 2012, enquanto o Brasil (Gráficos 1 e 3), em 2012, apresentava 13% de participação da indústria de manufatura no PIB e 13% de participação do emprego industrial em relação ao total. No período analisado, a Argentina demonstrou uma queda expressiva da participação do emprego industrial em relação ao total, o mesmo não pode ser dito para a participação da indústria de manufatura no PIB.

Diante do exposto acima, sugere-se a possibilidade do trabalhador argentino do setor industrial ser mais produtivo do que o trabalhador brasileiro. Um estudo realizado pelo BID (*Banco Interamericano de Desarrollo*) analisou o crescimento médio da produtividade do trabalho por setor na América Latina no período de 1990 a 2005, como pode ser visto na Figura 1¹⁰.

No gráfico, o setor de Manufaturas é o terceiro setor analisado. No caso Argentino este setor apresenta crescimento considerável, principalmente quando comparado com o setor de manufaturas brasileira, o qual revelou um crescimento pífio. Nesse sentido, a hipótese levantada anteriormente possui fundamentos e pode ser considerada como um fator de impacto importante no processo de desindustrialização e na estrutura produtiva dos países em questão.

Figura 1 – Crescimento médio anual da produtividade do trabalho por setor, América Latina, 1990 –2005.

¹⁰Segundo o relatório do BID (2010), os dados sobre a produtividade setorial foram obtidos de uma de dados sobre dez setores elaborada recentemente pelo Centro para elCrecimiento y elDesarrollo de Groningen (GGDC). Desta base de dados foram utilizadas informações sobre o produto interno bruto (PIB) a preços nacionais e constantes e emprego total em 10 setores econômicos de nove economias latino-americanas no período de 1950-2005.



Fonte: *La era de la productividad : cómo transformar las economías desde sus cimientos*, BID (2010).

Outra hipótese que cabe mencionar é sobre a possibilidade dos setores terciários argentinos e brasileiros terem avançado significativamente nos últimos anos. No Capítulo 1, comentou-se sobre as possíveis causas da desindustrialização para Barros e Pereira (2008, *apud* TORRES; SILVA, 2012). Uma delas é a “ilusão estatística” que está relacionada ao processo de abertura comercial e à reestruturação organizacional, sua ocorrência se deve ou aumento da concorrência dos produtos importados que levou muitas empresas a terceirizar as atividades não essenciais, a fim de se tornarem mais competitivas. Muitas dessas atividades fazem parte do setor de serviços, sendo assim, transfere-se valor da produção e de emprego para o setor de serviços sem que, necessariamente, tenha ocorrido uma diminuição da produção empresarial. Cogita-se que tanto o Brasil o quanto a Argentina tenham sofrido esse processo de “ilusão estatística”. No caso argentino, a drástica diminuição do emprego industrial nos últimos anos pode estar relacionada a esse fator.

CONCLUSÃO

O trabalho verificou, a partir de um apanhado histórico e de um levantamento de dados, as evidências quanto ao processo de desindustrialização em países em desenvolvimento, mais especificamente, Brasil e Argentina. Como comentado anteriormente, o debate sobre as possíveis causas da desindustrialização nesses países é intenso e divide opiniões, o que é incontestável é a importância do setor industrial para essas nações e a necessidade dos respectivos governos começarem e/ou remodelarem suas formas de atuação, a fim de estimular as indústrias nacionais.

Nos países desenvolvidos, quando se constata a existência de desindustrialização, de forma geral, entende-se o fenômeno como consequência de um processo natural de

desenvolvimento, em que o país atingiria um certo nível de renda per capita, a partir do qual a demanda por serviços se sobressairia frente à demanda por produtos industriais, o que ocasionaria um aumento da participação dos serviços no PIB e uma queda da participação da indústria no PIB. Além disso, a participação do emprego industrial em relação ao emprego total pode declinar devido ao fato da produtividade do trabalho crescer mais rapidamente na indústria do que nos serviços. Nesse contexto, a desindustrialização pode ser considerada como natural ou positiva.

Bem diferente é a situação dos países em desenvolvimento, já que estes não tiveram seus processos de industrialização concluídos, tampouco atingiram uma renda per capita compatível com a renda per capita dos países desenvolvidos, mesmo assim têm sofrido as consequências nefastas da desindustrialização, como a redução do PIB industrial e a redução de empregos na indústria, situações em que se considera a desindustrialização como negativa. Foram detalhados os casos do Brasil e da Argentina que são países com evidências de processos desindustrializantes e que têm passado por grandes transformações no que diz respeito aos seus setores industriais.

Diante desse contexto, reforça-se a necessidade de atuação do Estado, no intuito de formular políticas públicas que direcionem e incentivem a indústria. Atualmente, as iniciativas têm caminhado no sentido de tornar forte a capacidade de produção nacional, a fim de competir nos mercados internacionais. Diferentemente das décadas anteriores, nos últimos anos vários países latino-americanos voltaram a praticar políticas industriais mais ativas que visam estimular a competitividade e incentivar setores, dando atenção especial à inovação. Ressalta-se que a intervenção pública nesta nova fase difere daquela presente durante o período do Processo de Substituição de Importações, quando o foco era solucionar as falhas da matriz insumo produto (BUSTELO, 2012). Os indicadores analisados, participação da indústria de transformação no PIB e participação da indústria de transformação no emprego total, para o Brasil e para a Argentina, revelam que nos dois países as evidências do processo desindustrializante têm fundamento. Para uma análise mais aprofundada seria necessário o estudo de outros indicadores, porém isso foge da proposta deste trabalho.

Em relação ao processo de desindustrialização argentino, existe um consenso maior entre os estudiosos na defesa de que esse fenômeno realmente afeta o país, causando sérios problemas econômicos e agravando a situação atual da Argentina. Diante disso, defende-se uma atuação mais incisiva do Estado, de modo a estimular o setor industrial, seja através de incentivos diretos, seja por meio de políticas macroeconômicas que garantam estabilidade à

economia do país, fatores sugeridos na hipótese deste trabalho como estimuladores do processo de desindustrialização no Brasil e na Argentina.

O caso brasileiro, como já comentado, divide opiniões e o debate parece estar longe de se encerrar. Entendendo desindustrialização como perda de importância relativa da indústria brasileira e redução do emprego industrial em relação ao total, os dados analisados comprovam a existência do fenômeno, como é defendido por vários autores, tais como Ricupero (2007), Oreiro e Feijó (2010), Cano (2012) e Sampaio (2012). As controvérsias em relação ao caso brasileiro, muitas vezes, ocorrem devido à confusão com conceitos conexos, a exemplificar: reprimarização da pauta, doença holandesa, por isso, de acordo com o entendimento do conceito de desindustrialização há autores que negam e outros que afirmam a existência do fenômeno.

Enfim, o tema em questão merece atenção especial dos estudiosos e dos formuladores de política, não só por se tratar de uma problemática recente e com um potencial de impacto tão grande, como pela relevância e importância do setor industrial para qualquer país.

REFERÊNCIAS

BID. *Banco Interamericano de Desarrollo. La era de la productividad : cómo transformar las economías desde sus cimientos*, 2010.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. IE/UNICAMP, Campinas, nº200, jan.2012.

CARDOSO DE MELLO, J.M. (1975). O capitalismo tardio. SP: Brasiliense, 10ª.Ed., 1998.

CEPAL. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. Disponível em: <http://www.cepal.org>. Acesso em Janeiro de 2014.

DIEESE. Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. Nota técnica Nº 100. Junho de 2011.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IEDI. Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente. Maio, 2007.

INDEC. *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos*. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/>. Acesso em Dezembro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em Janeiro de 2014.

KOSACOFF, B. Marchas y contramarchas de la industria argentina: (1958-2008). Buenos Aires: Cepal, 2010. Disponível em: <http://www.cepal.cl/publicaciones/xml/0/39410/DocW45.pdf>. Acesso em: 20 de Março de 2013.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do milagre 1967 – 1973. In: ABREU, M. P. A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LARA, F.M. Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira. *Indic.Econ. FEE*, Porto Alegre, v.39, n.1, p. 7-18, 2011.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), PP. 219-232, abril-junho/2010.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), PP. 219-232, abril-junho/2010.

RAPOPORT, M. Argentina: economia e política internacional: os processos históricos. *Diplomacia, Estratégia & Política*, n.10, p. 27-51, 2009.

RESENDE, A. L. Estabilização e reforma: 1964 – 1967. *In*: ABREU, M.P. A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RICUPERO, Rubens. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? Mimeo. 2007.

SAMPAIO, Daniel Pereira. A desindustrialização em marcha no Brasil: uma análise comparada. XVII Encontro de Economia Política, Rio de Janeiro, 2012.

SARTI, F; HIRATUKA, C. Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Texto para discussão. IE/UNICAMP, nº 187, Janeiro de 2011.

SARTI, F; HIRATUKA, C. Indústria mundial: mudanças e tendências recentes. Texto para discussão. IE/UNICAMP, nº186, Dezembro de 2010.

SILVA, H. C. da. O processo de desindustrialização: uma avaliação sob perspectiva da economia brasileira (1990-2010). Florianópolis, SC, 2012. 155p.

SOARES, M. G. O processo de desindustrialização argentino: 1976 a 2001. UFRS, Departamento de Economia, Porto Alegre, 2011.

TORRES, R. L.; SILVA, H.C. da. Uma crítica aos indicadores usais de desindustrialização. Anais do 40º Encontro Nacional de Economia Anpec. Pernambuco, 2012.

VADELL, Javier Alberto. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49 (1): 194-214, 2006.

VERISSIMO, M. P. Doença holandesa no Brasil: ensaios sobre taxa de câmbio, perfil exportador, desindustrialização e crescimento econômico. 2010. 231f. Tese (Doutorado em Economia)– Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2010.